



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - DINPO/CGI/DIP/PF

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 23173967/2022-DINPO/CGI/DIP/PF

Processo nº 08123.000179/2022-34

PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de Centro de Formação de Condutores para adição de categoria "D", conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

Item	Cat. Mat.	Descrição do Produto	Un.	Quant	Valor Estimado (R\$)	Valor Total (R\$)
1	18260	Serviços de autoescola visando a inclusão da categoria "D" em Carteira Nacional de Habilitação para servidores já possuidores de CNH com categoria "B", estando incluídos no valor, todos os custos com aulas, aluguel de veículos necessários para curso e exame, bem como para aulas práticas de direção, combustível utilizado e todas as taxas municipais, estaduais e federais e outras taxas do DETRAN necessárias para a devida inclusão além dos devidos encaminhamentos para os órgãos de trânsito necessários.	Un	2	2.450,00	4.900,00

2. PARTICIPANTES:

Participante(s)	Cargo	Matrícula PF	Lotação
PAULO HENRIQUE PARISIO LIMA	AGENTE ADMINISTRATIVO	12.447	DINPO/CGI/DIP/PF
REGIS GERALDO GUIMARAES JUNIOR	ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL	17.932	DINPO/CGI/DIP/PF

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Justifica-se a necessidade da contratação de Centro de Formação de Condutores a fim de ministrar curso visando a inclusão de categoria "D", na Carteira Nacional de Habilitação, obedecida a legislação do Departamento Nacional de Trânsito vigente.

3.2. Considerando que a Polícia Federal participa de diversas operações em que são apreendidos veículos que exigem a categoria "D", uma vez que a condução deve ser feita, preferencialmente, por policiais federais, já que os editais dos concursos para provimento nos cargos da Polícia Federal exigem somente a categoria B, em razão de se aumentar a quantidade de servidores habilitados em diferentes categorias, aumenta-se também a capacidade operacional da PF. Sendo assim, com a finalidade de prover a Polícia Federal com profissionais capazes de realizar a condução de veículos de transporte de passageiros e veículos de carga, bem como aumentar a velocidade das apreensões destes tipos de veículos sem necessitar de contratação de terceiros unicamente para transporte de veículos, torna-se de suma importância tal contratação. Além disso, a Polícia Federal tem como mister capacitar todos os seus servidores para que cumpram da melhor forma possível suas atividades funcionais.

3.3. Ademais, nas atividades de inteligência a DIP é uma Unidade ímpar pois sua complexidade é incomparável às das demais unidades da Polícia Federal, já que é a Unidade responsável pela produção e proteção do conhecimento, nesse contexto por vezes se faz necessário administrar e transportar todo seu material, pessoal e equipamentos. Além dessas atividades existe também o transporte de pessoal, Segurança das Instalações, bem como gestão de todos seus contratos administrativos e de seus respectivos processos de aquisições de bens e serviços. Face ao exposto, os servidores administrativos, bem como de toda a Polícia Federal, prestam o serviço elencados, podendo exercer atividades como conduzir viaturas descaracterizadas (Vans/micro-ônibus e caminhões) ou viaturas caracterizadas, no caso dos servidores policiais. Podendo ainda existir a necessidade de conduzir veículos apreendidos (Vans/micro-ônibus e caminhões). Faz necessário assim a formação de condutores a fim de realizar o apoio diário de condução dos servidores, além de trabalhos diários da rotina administrativa da CGI, transporte de autoridades que visitam diariamente a CGI, apoio ao serviço de escala.

3.4. Os servidores elencados são atualmente habilitados na categoria "B" ou "AB", estando aptos a realizarem o curso de formação de condutores categoria "D" ou adição da categoria "D".

3.5. Cabe ressaltar que a capacitação em questão atende aos requisitos previstos no art. 23 e incisos, da IN 28/2004-DG/DPF:

- I. - correlação do evento com as atribuições ou cargo do servidor;
- II. - adequação do evento às necessidades do serviço;
- III. - interesse da unidade solicitante; e
- IV. - estar no efetivo exercício de suas funções no PF.

3.6. A ação de capacitação também se correlaciona com a IN 100, em seu art. 6.º, incisos V, VI, VII e VIII, conforme segue:

- V. - é uma das atribuições dos servidores dirigir viaturas e veículos apreendidos.
- VI. - conforme explanado acima tal ação de capacitação se mostra adequada às necessidades do serviço.
- VII. - o impacto será positivo tendo em vista que os servidores terão condições de realizar o deslocamento de veículos de grande porte apreendidos durante as ações, acelerando a retirada dos mencionados veículos e o retorno da equipe policial, aumentando o nível da segurança de toda equipe policial.
- VIII. - capacitação está inserida no Programa de Desenvolvimento de Pessoas - PRODEP para o quadriênio 2020/2023 (14685916), mais especificamente na área estratégica "Habilitação para condução de veículos e embarcações", e o curso se encontra adequado às necessidades do serviço e o interesse da unidade solicitante, conforme manifestação da chefia imediata (18296630).

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços constantes no presente Projeto Básico são de natureza comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. Os serviços serão executados visando a inclusão da categoria “D” em Carteira Nacional de Habilitação para servidores policiais já possuidores de CNH com categoria “AB” ou “B”, estando incluídos no valor, todos os custos com aulas, aluguel de veículos necessários para curso e exames, prático e toxicológico, bem como para aulas práticas de direção, combustível utilizado e todas as taxas municipais, estaduais e federais e outras taxas do DETRAN necessárias para a devida inclusão além dos devidos encaminhamentos para os órgãos de trânsito necessário.

6. **METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. A pessoa jurídica vencedora do certame deverá observar as regulamentações expressas no Código de Trânsito Brasileiro e nas Resoluções do CONTRAN vigentes;

6.1.2. A Contratada deverá arcar e ser responsável por todas as atividades exigidas pelo DETRAN/DF para mudança de categoria, conforme discriminado abaixo, incluindo os agendamentos de exames clínicos e práticos, agendamentos e fornecimento das aulas práticas, pagamentos de todos os custos necessários a realização dos exames e das demais taxas exigidas pelo DETRAN/DF, entre outros;

6.1.3. A mudança de categoria do tipo “AB” para “AD” ou “B” para tipo “D” requer do candidato:

6.1.3.1. Realização de exames de aptidão física e mental em uma clínica credenciada pelo DETRAN/DF;

6.1.3.2. Realização de exame psicológico para os candidatos que exercem atividade remunerada como condutor;

* Observa-se que, para a presente contratação não se faz necessária a realização de exame psicológico, tendo em vista que a habilitação pretendida não tem como objetivo o desenvolvimento de atividade remunerada como condutor de veículos classificados como categoria “D”.

6.1.3.3. Realização de identificação biométrica;

6.1.3.4. Realização de exame toxicológico de larga janela de detecção. No caso de o candidato ser considerado inapto temporário, é facultado a este realizar novo exame toxicológico, às suas próprias expensas, o qual, se apontar resultado negativo, permitirá que o candidato seja considerado apto.

6.1.4. Todos os exames prévios necessários para a obtenção da categoria “D” na CNH deverão ser providenciados pela contratada;

6.1.5. A contratada deverá pagar as taxas de troca de categoria para tipo “D”;

6.1.6. A contratada deverá ministrar curso incluindo aulas práticas de direção veicular, com carga horária mínima necessária para habilitação na categoria “D”, conforme regulamentações específicas e vigentes do CONTRAN;

6.1.7. Para realização do curso prático será emitida pelo CFC a Licença de Aprendizagem para Dirigir Veículo (LADV) e agendada a prova prática de direção no DETRAN/DF;

6.1.8. As aulas serão realizadas utilizando-se um veículo categoria tipo “D”, fornecido pelo CFC, seguindo as exigências do DETRAN/DF;

- 6.1.9. Os horários em que serão ministradas as aulas devem estar no período de 08h às 22h;
- 6.1.10. A contratada deverá marcar a prova prática de direção veicular para os candidatos.
- 6.1.11. Em caso de reprovação no exame prático de direção, o novo exame deverá ser realizado após o prazo mínimo de 15 (quinze) dias, às expensas do candidato;
- 6.1.12. Em caso de remarcação do exame prático gerado por falta ou outro motivo injustificável, provocado pelo candidato, a taxa de remarcação também ficará às expensas do mesmo.
- 6.1.13. O prazo para realização de todos os serviços a serem contratados é de até 12 (doze) meses, a contar da emissão e conhecimento da Nota de Empenho por parte da Contratada, considerando como término dos serviços a realização das provas práticas com aprovação do servidor indicado;
- 6.1.14. Os servidores serão indicados por Ordem de Serviço para realização de todas as etapas necessárias à obtenção da categoria “D”, de acordo com as necessidades da Administração;
- 6.1.15. Poderá haver indicação parcelada dos servidores de modo que possam ser matriculados em mais de uma turma, dentro do prazo máximo previsto no item 6.1.13. No entanto, a preferência é de todos realizem as etapas em turma única.
- 6.1.16. Os custos extraordinários gerados pelos candidatos, tais como: reprovação, falta na prova prática, entre outros, serão pagos pelos mesmos.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas em comum acordo com o Contratante, promovendo sua substituição quando necessário.
- 7.2. O veículo a ser disponibilizado para realização do curso prático de direção veicular deverá atender as exigências constantes da Resolução CONTRAN específica e demais legislações correlatas.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

- 9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 9.7. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 9.507, de 2018.
- 12.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

12.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 2017, quando for o caso.

12.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada junto ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não mantiver a proposta.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

I - em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

13.2.1. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

a) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

I - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

a) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

b) impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília, 06 de maio de 2022.

PAULO HENRIQUE **PARISIO** LIMA
Agente Administrativo
Matricula 12.447

Aprovo o presente Projeto Básico, nos termos do art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93, por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constatam, plenamente justificadas a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, bem como estimativa de custos da contratação.

ALESSANDRO MORETTI
Delegado de Polícia Federal
Diretor de Inteligência Policial



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE PARISIO LIMA, Agente Administrativo(a)**, em 06/05/2022, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23173967** e o código CRC **C7DCFFC6**.